

PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA DA PESCA ARTESANAL EM ITAPISSUMA – PERNAMBUCO

“CHAPÉU DE PALHA” PROGRAM OF ARTISANAL FISHING IN ITAPISSUMA – PERNAMBUCO

Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão¹
Geize dos Santos²

RESUMO

O objetivo do artigo é resgatar a história das mulheres em diálogo com a Política Pública, o Programa Chapéu de Palha Pesca Artesanal (PCPPA), no município de Itapissuma – Pernambuco, no período de 2012 a 2016. Trata-se de uma política pública diferenciada, na qual houve a participação da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco na sua elaboração e implantação em diálogo com pescadoras e pescadores artesanais. Esta é uma pesquisa qualitativa, exploratória, que utilizou fontes de dados primárias e secundárias, nas quais privilegiou-se a escuta das narrativas de diferentes sujeitos sociais no diálogo com a epistemologia feminista. Considera-se um avanço nas políticas públicas da pesca artesanal em Pernambuco que, infelizmente, sofreu descontinuidades devido aos rumos da gestão governamental brasileira após o “golpe de 2016”.

PALAVRAS-CHAVE: política pública com transversalidade de Gênero; pesca artesanal; pescadoras.

ABSTRACT

The objective of the article is to rescue the history of women in dialogue with Public Policy, the Chapéu de Palha Program of Artisanal Fishing – PCPPA, in the municipality of Itapissuma – Pernambuco, from 2012 to 2016. It is a differentiated public policy, in which there was the participation of the Women’s Secretariat of the State of Pernambuco in its elaboration and implementation in dialogue with artisanal fisherwomen and fishermen. This is a qualitative, exploratory research, which used primary and secondary data sources, in which it was privileged to listen to narratives of different social subjects

¹ Docente Titular na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutorado em Estudios Iberoamericanos – Universidade Complutense de Madrid. Publicações e coordenação de projetos de pesquisa e extensão sobre gênero e pesca artesanal. Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE (www.gpdeso.com). E-mail: maria.aleitao@ufrpe.br.

² Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Engenheira de Pesca, graduação e Pós-Graduação realizada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Atua na área de desenvolvimento de grupos produtivos de artesanato marinho, ostreicultura artesanal e beneficiamento de pescado com Pescadores (as). E-mail: geizeb@hotmail.com.

in the dialogue with the feminist epistemology. It is considered an advance in the public policies of artisanal fishing in Pernambuco, which unfortunately suffered discontinuities due to the directions of the Brazilian government management after the “2016 coup”.

KEYWORDS: public policy with gender transversality ; artisanal fishing; fisherwomen.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é resgatar a história das mulheres em diálogo com a Política Pública, o Programa Chapéu de Palha Pesca Artesanal (PCPPA), no município de Itapissuma-Pernambuco, no período de 2012-2016. A história das mulheres, em especial as das mulheres em atividades socialmente consideradas masculinas, são invisibilizadas. É o caso das trabalhadoras da cadeia produtiva da pesca artesanal. Quem pesquisa pesca artesanal pelo recorte metodológico de gênero ouve frequentemente a indagação: e as mulheres pescam? Esta pergunta está relacionada ao equívoco do discurso socialmente construído no qual o ato de pescar significa coletar o pescado em alto mar. Sobre o tema, as autoras Huguenin e Martinez (2021, p. 649) afirmam, a partir da denominada Lei da Pesca³ em seu art. 4º, parágrafo único, que outras atividades também compõem a cadeia produtiva da pesca artesanal, ou seja “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.” Desta forma, as atividades acima enumeradas consistem “exatamente na atividade pesqueira que a maioria das mulheres trabalha, sobretudo no beneficiamento e processamento do pescado”. E, também, no processo de comercialização, outra ação que se insere na cadeia produtiva em pauta. Abordar o tema significa visualizar a questão trabalhista em suas diferentes interseccionalidades⁴.

Portanto, as mulheres desempenham várias atividades neste labor, entre as quais: pescar em alto mar, em rios, nos estuários, coletar mariscos, fazer e consertar redes, beneficiar o pescado, entre outras ações⁵, conforme pode ser aprofundado na literatura

³ Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/lei-no-11-959-de-29-06-2009.pdf/view>. Acesso em 12 ago. 2021.

⁴ Para aprofundar o tema ver Leitão (2020).

⁵ Para aprofundar o tema ver Maneschy, Siqueira, Álvares (2012). As autoras explicitam as atividades desenvolvidas por mulheres pescadoras em diferentes países.

sobre o tema, desenvolvida e publicada no Brasil desde as últimas décadas do século XX. Aguilar e Castañeda (2001) escrevem, em sua obra “Sobre marinos, marinas, mares y mareas: perspectiva de género en zonas marino-costera”, orientações sobre projetos com transversalidade de gênero. Um texto que dialoga com o tema aqui desenvolvido, que envolve a inserção das mulheres de fato e de direito na cadeia produtiva da pesca artesanal e uma política pública que inclui entre as instituições parceiras a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

Oficialmente o Programa Chapéu de Palha – Pesca Artesanal (PCPPA) foi instituído pela Lei Nº 14.492, de 29 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 38.541, de 17 de agosto de 2012⁶, pelo então Governador Eduardo Henrique Accioly Campos (ALEPE, 2011), com a missão de oferecer capacitação ao(à) pescador(a) artesanal, na perspectiva de problematizar a cidadania e possibilitar a geração de renda em períodos de entrepesca, assim como possibilitar a autonomia de trabalho e geração de renda, respeitando os saberes locais. A atuação da Secretaria da Mulher (SecMulher) ficou conhecida como Chapéu de Palha Mulher (Diário Oficial – PE, 2015)⁷, atuação essa que recebeu prêmio da ONU em 2012.

Anteriormente o programa Chapéu de Palha havia sido criado pelo avô de Eduardo Campos, na década de 1980, o então Governador Miguel Arraes⁸. A política pública citada sofreu descontinuidade e foi reeditada pelo seu neto, em 2007, a partir da Lei Estadual nº 13.244/2007, e com a diferença de incluir além da cana-de-açúcar, o setor de Fruticultura Irrigada⁹ por meio da Lei Nº 13.766, de 7 de maio de 2009. Trata-se de uma política pública diferenciada, na qual houve a participação da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, na sua elaboração e implantação no governo de Eduardo Campos, que foi um incentivador da criação e manutenção da Secretaria da Mulher no Governo Federal.

⁶ Regulamentada pelo Decreto nº 38.541, de 17 de agosto de 2012. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=176&tipo=TEXTTOORIGINAL#:~:text=Texto%20Original&text=LEI%20N%C2%BA%2014.492%2C%20DE%2029,%20Artesanal%2C%20e%20d%C3%A1%20out%20proved%20C3%A1ncias>. Acesso em: 02 mai. 2021.

⁷ Diário Oficial do Governo de Pernambuco. Eduardo recebe o Oscar da gestão oferecido pela ONU. Ano LXXXIX, Nº 119. Poder Executivo Recife, terça-feira, 26 de junho de 2012, p.1.

⁸ Miguel Arraes foi preso e exilado durante a Ditadura Militar, e eleito novamente, no processo de reabertura política, nas primeiras eleições democráticas após o golpe de 1964.

⁹ Sobre o Tema ver Monteiro (2013).

Esta é uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva que estabeleceu o recorte territorial da Colônia Z-10 de Itapissuma. A delimitação temporal do estudo inclui os quatro anos iniciais do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, de 2012 a 2016, a partir da experiência e atuação de duas Secretarias de Governo, nos três primeiros anos de sua implantação. A Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) esteve presente alinhando as suas atividades com a Secretaria da Mulher – SecMulher¹⁰, sendo que esta atuou sozinha desde 2016 no Município pesquisado¹¹ (VOZ DO PLANALTO, 2016)

A pergunta de pesquisa indaga sobre o processo de criação e implementação do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, o lugar das mulheres e a participação dos beneficiários no planejamento e avaliação desta política pública com proposta de transversalidade de gênero. Para dar prosseguimento a problematização, faz-se necessário dialogar com o conceito de políticas públicas a partir da transversalidade de gênero¹², conceito que se constituiu em pauta dos movimentos¹³ de mulheres, no qual a sua operacionalização implica na incorporação das demandas das mulheres em todas as ações governamentais, no sentido de que “cada ação política [...] estaria sempre posta a modificar as condições de vida das mulheres e melhorar sua condição de empoderamento (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013, p. 40).

O texto está construído em três partes: a primeira situa a origem e organização da Política Pública – Programa Chapéu de Palha da Pesca artesanal; a segunda descreve o contexto socioambiental de Itapissuma; e a última descreve a metodologia e estabelece diálogo entre os discursos dos sujeitos sociais envolvidos e a literatura científica sobre o tema.

¹⁰ Para aprofundar o tema sobre a ação da SecMulher no PCPPA, ver: Veiga, Leitão (2017). As autoras abordam detalhadamente a experiência da SecMulher no PCPPA no Município de São José da Coroa Grande situado no litoral sul de Pernambuco.

¹¹ A SecMulher-PE, em parceria com 23 organizações feministas e de mulheres, iniciou a 10ª edição do Chapéu de Palha Mulher da Zona Canavieira e a 5ª edição do Chapéu de Palha Mulher da Pesca Artesanal. A Política Pública se mantém até a atualidade, o ano 2021.

¹² Para aprofundar a utilização do conceito na pesca artesanal ver Lima (2013).

¹³ Sobre o Movimento de Mulheres na Pesca Artesanal ver Leitão (2013).

POLÍTICA PÚBLICA – PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA E SUA INSERÇÃO NA PESCA ARTESANAL

O Programa Chapéu de Palha, desde sua criação na década de 1980, teve a finalidade inicial de empregar o trabalhador rural envolvido no corte da cana, em pequenas obras públicas no período da entressafra. Posteriormente, ao ser reeditado no século XXI, foi ampliado aos trabalhadores da fruticultura irrigada e, por fim, à pesca artesanal. A reedição apresenta diferenças entre o programa anterior e o atual, no que se refere às atividades e à remuneração: o trabalho remunerado foi substituído por capacitações técnicas e formações políticas, além da redução do salário mínimo mensal para uma bolsa equivalente ao valor aproximado ao de um salário mínimo, dividida em quatro parcelas, que podem ser diminuídas em função do recebimento de outros benefícios, a exemplo do Programa Bolsa Família, deduzindo do total a receber o valor dos benefícios recebidos por outro programa social. Outro critério estabelecido define que apenas um membro de cada núcleo familiar pode ter acesso ao PCPPA. O Programa continua vigente, sendo que sua última chamada foi em 2020¹⁴, quando as capacitações foram suspensas devido à pandemia da Covid-19.

No ano de 2012, o site do Partido Socialista Brasileiro publicou a justificativa de inclusão dos pescadores e pescadoras no PCP: “a situação econômica dessa população durante o inverno, quando as chuvas tornam a água turva e desfavorável para a atividade pesqueira” e a diminuição da atividade turística, “situação que não oferece à população alternativa de geração de renda” (PSB, 2011).

O PCPPA beneficiou no período de 2012 a 2016 um total de 257.194 trabalhadores residentes em 118 municípios de Pernambuco, referentes às três áreas de atuação: Cana, Fruta e Pesca. O Programa atendeu, no mesmo período, um total de 41.857 pescadores e pescadoras artesanais, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o que pode ser conferido no quadro abaixo.

¹⁴ Seplag (2021) informa que o Programa Chapéu de Palha paga mais de R\$ 9,3 milhões em bolsas apenas no mês de maio de 2021, o texto informa que são ao todo, mais de 37 mil famílias pernambucanas atendidas pelo Programa. Apesar das dificuldades causadas pela crise sanitária da pandemia do Covid-19 que modificou a oferta de cursos, foram ofertados mais de 100 cursos “na modalidade EAD oferecidos em parceria por instituições como o Sebrae, Senar, Sesi e Senai”. Outras ações foram disponibilizadas de forma remota. Disponível em: eplag.pe.gov.br/noticias/10-noticias/280-programa-chapeu-de-palha-paga-mais-de-r-9-3-milhoes-em-bolsas- apenas-no-mes-de-maio. Acesso em: 03 ago. 2021.

Quadro 1: Número de beneficiários atendidos de 2007 a 2020

ANO	CANA	FRUTA	PESCA	TOTAL
2007	18.385	-	-	18.385
2008	20.402	-	-	20.402
2009	28.004	8.167	-	36.171
2010	39.282	13.524	-	52.806
2011	36.483	15.759	-	52.242
2012	28.664	18.710	7.029	54.403
2013	30.150	13.590	8.030	51.770
2014	30.183	12.671	9.536	52.390
2015	29.886	9.898	10.396	50.180
2016	31.841	9.744	6.866	48.451
2017	32.850	9.013	6.591	48.454
2018	31.149	9.046	6.152	46.347
2019	27.382	8656	3809	27.382
2020	27.409	6.183	4.318	37.910
Total				

Fonte: SEPLAG, 2021

Quanto aos municípios beneficiados do Programa Chapéu de Palha no período de 2012 a 2016, foram atendidos 7 na fruticultura irrigada, 54 na produção da cana-de-açúcar e 57 na pesca artesanal. A pesca artesanal é o setor no qual o Programa atende uma maior quantidade de municípios. O PCPPA, em seu discurso, informa que foi instituído com a finalidade de atender os(as) pescadores(as) artesanais do estado de Pernambuco, disponibilizando as habilidades de suas diversas secretarias no atendimento das necessidades desses sujeitos.

Vale ressaltar que, nesse período, a conjuntura do país estava favorável às ações afirmativas e inclusivas, com a criação de órgãos institucionais para atendimento de grupos específicos, investimento governamental em políticas de assistência aos grupos socialmente excluídos, inserção de representantes da sociedade civil na construção de políticas públicas inclusivas, a exemplo da criação dos Ministérios: Desenvolvimento Agrário; Igualdade Racial; Desenvolvimento Social; Pesca e Aquicultura; e Secretaria da Mulher. A criação desses ministérios no governo laborista criou um cenário favorável à inserção dos pescadores no processo de criação, realização e avaliação do PCPPA, já que apresentava uma abertura maior ao diálogo e ao desenvolvimento social do que a gestão governamental iniciada em 2016.

No âmbito da cadeia produtiva da pesca, o marco da construção deste diálogo foi o ano de 2003, quando a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

República (SEAP/PR)¹⁵ realizou 27 conferências nos estados para preparar a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, da qual participaram 953 delegados e delegadas, o que fomentou a inserção no diálogo das singularidades regionais e a diversidade cultural. O texto do relatório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003, p. 6) indica a situação do diagnóstico sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal:

Grande parte dos trabalhadores vinculados ao setor pesqueiro está excluída da proteção social do estado, pois além do alto índice de analfabetismo, a maioria dos pescadores e tripulantes dos diversos tipos de embarcações pesqueiras nacionais não possui vínculos empregatícios com os proprietários dos barcos, nem é devidamente qualificada. Esse problema é particularmente grave na pesca artesanal, onde as relações de trabalho se dão, em sua vasta maioria, de maneira informal, por meio de contratos de parceria.

É neste contexto de tentativas de reorganização deste setor produtivo que o Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal foi criado e realizado a partir da liderança da Secretaria de Planejamento e Gestão que coordena as diversas outras Secretarias associadas ao desenvolvimento do Programa. Entre elas estão: Casa Civil, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria de Articulação Social e Regional, Secretária da Mulher, Secretaria do Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo (ALEPE, 2012).

A implementação do PCP pela SecMulher, foi premiada pela Organização das Nações Unidas em 2012, numa modalidade que consiste no reconhecimento a ações governamentais que contribuem para a inclusão social, com isso, legitimou-se e fortaleceu-se o lugar de protagonismo da SecMulher, conforme explica a gerente da instituição:

Foi muito legal isso também para legitimar, dentro do próprio aparelho do Estado, a importância dessa política, porque a gente briga o tempo todo dentro do próprio Estado para se estabelecer, para consolidar política, para que não tenha retrocessos e não tem sido fácil, inclusive

¹⁵ Sobre as Conferências Nacionais ver Petinelli (2011).

nesse momento (2015/2016) manter o padrão, manter as conquistas do Chapéu de Palha na SecMulher, por conta dos cortes de orçamento, das questões do cenário econômico que a gente se encontra (Entrevistada 03).

Inicialmente a SecMulher conseguiu atender 100% das mulheres inscritas no PCP, em cada categoria, como explica a Representante da Secretaria: “Na zona canavieira tem uma coisa interessante porque no cadastramento é possível verificar que as mulheres são cerca de 10% a 15% do público, então foi possível a Secretaria atender todas as mulheres cadastradas”. Dessa forma, a Instituição desenvolve uma formação diferenciada, que contempla a autonomia das mulheres, assim como atendeu demandas específicas deste segmento social, a exemplo da inserção de recreadoras para crianças de 0 a 7 anos, enquanto as mulheres estavam em aulas, nos cursos de capacitação, reduzindo a evasão e contribuindo na qualidade do processo de aprendizagem.

As atividades recreativas se propõem a utilizar o lúdico como método de trabalhar o desenvolvimento das crianças, mas também contextualizando as questões de Gênero e Raça, visando a ressignificação da sua realidade e a construção de uma nova perspectiva, como destacam Corrêa, Giovanetti e Gouvêa (2007, p. 148):

No brincar, a criança se interroga sobre o mundo no qual ela se situa e o estranha (estranhamento que é a condição primeira para a compreensão e a construção do conhecimento). Por meio da brincadeira, a criança desnaturaliza o mundo social ao trabalhar sua estereotipia. A criança não reproduz, em sua brincadeira, o mundo tal como ela o vive, mas recria-o, explorando os limites de sua construção.

Segundo o discurso da SecMulher, objetiva-se com essas ações contribuir para a formação das novas gerações, proporcionando uma desconstrução dos estereótipos criados socialmente frente às comunidades pesqueiras, fortalecendo sua identidade e reduzindo os quadros de opressão e preconceito pelo qual diversos(as) pescadores(as) passam diariamente.

Para o atendimento das demandas de gênero, houve a necessidade da SecMulher buscar instituições que tivessem em sua missão o compromisso com a redução das desigualdades de gênero, assim como o compromisso de fortalecer a autonomia e empoderamento feminino, com a utilização de metodologias feministas e participativas, compatíveis com o público a ser atendido, ou seja, as mulheres rurais. Conforme esclarece

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

a Gerente da Secretaria, “foi uma luta que a Secretaria da Mulher travou dentro do próprio aparelho do Estado para justificar a importância da contratação dessas organizações feministas de mulheres que atuam na Zona da Mata Norte e da Mata Sul” (Entrevistada 03).

Essa experiência inicial na qual todas as mulheres beneficiárias eram atendidas pela SecMulher, possibilitou conhecer as carências e especificidades desse segmento social e realizar o aperfeiçoamento das ações. No entanto, ao longo dos anos, com a expansão do Programa, esta Secretaria não teve condições de atender a todas as mulheres beneficiárias considerando a discrepância entre alta demanda e falta de pessoal. Desta forma, algumas mulheres foram atendidas por outras Secretarias.

De acordo com a Secretaria de Meio ambiente de Pernambuco (SEMAS), nesse Estado são registradas 41 colônias de pesca, 25 associações de pesca¹⁶, um Sindicato de Pescadores Artesanais e uma Federação Estadual. Dessa forma os pescadores e pescadoras se agrupam e se organizam para discutir as demandas locais.

Os Municípios atendidos pelo PCPPA foram: Goiana, Bonito, Itacuruba, Itamaracá, Carpina, Belém de São Francisco, Itapissuma, Venturosa, Cabrobó, Igarassu, Belo Jardim, Afrânio, Abreu e Lima, Pedra, Lagoa Grande, Paulista, Feira Nova, Parnamirim, Olinda, Cumarú, São Lourenço da Mata, Recife, Riacho das Almas, Pesqueira, Jaboatão dos Guararapes, Águas Belas, Ouricuri, Cabo de Santo Agostinho, Frei Miguelino, Araripina, Ipojuca, Ibimirim, Paudalho, Sirinhaém, Serrita, Iquaracy, Rio Formoso, Serra Talhada, Surubim, Tamandaré, Afogados da Ingazeira, Brejo da Madre de Deus, Barreiros, Custódia, Bodocó, São José da Coroa Grande, Jatobá, Panelas, Moreno, Floresta, Gameleira, Abreu e Lima, Santa Maria da Boa Vista, Limoeiro, Lagoa do Carro, Petrolina, Lagoa de Itaenga e Petrolândia.

PCPPA – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

O debate sobre a inclusão das mulheres no PCPPA foi enfático no discurso da SecMulher, considerando o diálogo já iniciado com as pescadoras de Pernambuco e com grupos de pesquisa da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

¹⁶ Sobre o tema das mulheres em colônias e associações de pescadores e pescadoras, ver Amorim e Leitão (2020).

Sobre a situação das mulheres nesta política pública, a presidente da Colônia Z-10 de Itapissuma, deixa claro que existem exclusões das mulheres como sujeitos de direito junto às Colônias de Pesca, assim como estigma e preconceito vivenciado por toda a categoria da pesca artesanal na luta por questões ambientais. São estes alguns dos motivos que fomentaram a união da categoria na perspectiva de fortalecer e buscar uma maior visibilidade para suas demandas.

A pesca artesanal consiste em um modo de vida e de trabalho associado aos elementos de cultura, tradição e ancestralidade que permeiam toda uma atividade laboral, associada ao território por eles e elas ocupado. Falar sobre comunidades tradicionais e seu modo de vida remete às narrativas sobre o lugar ocupado por esses sujeitos sociais que, no Nordeste brasileiro, incluem especialmente indígenas e afro-brasileiros. Esta situação de condição periférica tem contribuído para o engajamento em movimentos sociais na luta pelos seus direitos territoriais, laborais e em defesa do meio ambiente. São populações que apresentam desigualdade de gênero, exclusão das mulheres ou dificuldades destas pescadoras em acessarem os cargos de poder e decisão em suas instituições de classe, denominadas de Colônias de Pesca.

Na primeira década do século XXI¹⁷, houve algumas exceções na inclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão, a exemplo da Colônia Z-10 em Itapissuma, em Pernambuco, que apresenta uma história de luta e tem sido um marco de inclusão de gênero, seja na liderança, seja entre os associados. Trata-se de uma entidade de classe presidida por mulheres desde 1989, resultado de um trabalho constante de mulheres comprometidas com a conquista dos direitos sociais.

Neste contexto, o processo que antecedeu a criação do PCPPA contou com a organização social dos pescadores e pescadoras e o apoio do Conselho Pastoral da Pesca¹⁸, como organização que tem contribuído na mediação de conflitos, na defesa dos direitos sociais, por meio de reuniões dialogadas juntamente com as Secretarias do Governo do Estado de Pernambuco para identificar as especificidades e buscar soluções mais próximas aos interesses desses sujeitos sociais. O diálogo entre as categorias

¹⁷ Sobre o tema aprofundar as leituras com Leitão (2019).

¹⁸ Pastoral cuja missão professada consiste em “Anunciar aos pescadores e as pescadoras a força libertadora do evangelho revelado aos pobres e através dele promover a transformação das estruturas geradoras de injustiça, tornando-os agentes de sua história e construtores de uma nova sociedade”. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/node/5>. Acesso em 10 de ago. 2021.

envolvidas na pesca artesanal e o governo proporciona uma abertura positiva no sentido de discutir ações, estratégias e instrumentos para implementação do PCPPA, no atendimento das necessidades reais dessas comunidades.

Silva (2014, p. 22), ao refletir sobre a governança e a pluralidade de sujeitos sociais na criação e implementação de ações e políticas públicas na pesca artesanal, cita dados publicados pela “FAO, em seu Código de Conduta para a Pesca Responsável (1995)”, explicitando “os princípios gerais do código 6.13 e 6.16, a importância da divisão de responsabilidades nas tomadas de decisão junto aos usuários dos recursos pesqueiros”. Legitimando a ação de gestão compartilhada, o autor exemplifica ações brasileiras, entre elas: os Acordos de Pesca na região Amazônica e em Reservas Extrativistas-RESEX no litoral. Com estas informações, o autor valoriza este tipo de gestão pública que “promove o estímulo de práticas mais democráticas e socialmente mais justas” e destaca que a participação e adesão dos pescadores e pescadoras redundam em maiores possibilidades de êxito no empreendimento socioeconômico.

Antes da criação do PCPPA, a SARA abarcava as ações relacionadas ao setor da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco, desde a atuação na extensão pesqueira quanto em políticas de acesso a recursos financeiros, de manutenção das atividades, de equipamentos que dão suporte a pesca e beneficiamento de produtos. Uma liderança de gestão pública no setor por aproximadamente 30 anos. A SecMulher, por meio do PCPPA, introduziu as formações políticas e com elas novas abordagens, a exemplo: acesso a direitos sociais, situações de conflitos políticos, relações de gênero e raça, entre outros.

Embora haja um distanciamento nas questões postas anteriormente, a SARA contribuiu na mediação para a criação do PCPPA. De acordo com o representante da SARA, encontros foram realizados para discussão da situação da Pesca Artesanal em Pernambuco, sendo criado o grupo de trabalho sobre pesca artesanal com o intuito de articular soluções e políticas públicas para o setor, diante das demandas apresentadas por pescadores e pescadoras:

Este grupo de trabalho da Pesca Artesanal reunia pescadores, representados pelas suas colônias, pelo movimento dos pescadores, a pastoral, técnicos do governo da Secretaria de Agricultura e tinha representantes de outras Secretarias também, mas predominantemente

da Secretaria de Agricultura, acontece que no meio dessa discussão toda de políticas públicas que eles pleiteavam, tinha uma questão de um seguro (Entrevistado 04).

Estas primeiras negociações fortaleceram trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal, na busca do diálogo com o poder político, para garantir os avanços nas configurações da política pública e de programas governamentais específicos para o setor, como destaca o representante do CPP, manifestando a necessidade de pressionar o governo na tentativa de avançar nas discussões:

Na construção em 2010 da pauta de reivindicação das pescadoras, foi levantada uma discussão, que era uma bolsa, como se fosse um seguro SAFRA, nós entregamos isso numa passeata em 2010 na Casa Civil e não caminhou, além dessa pauta tinha vários outros itens [...]. Quando foi em 2011 o pessoal (pescadores e pescadoras) fizeram uma outra manifestação que foi para a SARA, lá no Parque do Cordeiro. O pessoal fez uma ocupação e só saiu de lá quando recebeu a garantia que o Governador iria recebê-los, quando foi no dia 28 (de novembro de 2011) o governo recebeu a comitiva e no dia 29 (de novembro de 2011) ele assinou a lei do PCPPA (Entrevistado 01).

Corroborando a fala anterior, a representante da Colônia de pescadores Z-10 explica:

Para poder a gente ter uma oportunidade para conversar com o Governo do Estado, a gente teve que ocupar a Secretaria de Agricultura do Estado um dia inteiro, a gente teve que ir para porta do Palácio das Princesas fazer manifestação para poder ele receber a gente, pra fazer uma reunião, foi quando juntou outras Secretarias (na criação do PCPPA) (Entrevistada 02).

Estas narrativas reforçam o argumento de que a inserção dos (as) pescadores (as) no PCPPA se deu por meio de incansáveis reivindicações, explicitando a morosidade do poder público no atendimento das demandas sociais dessa categoria, reforçando a situação de invisibilidade desses sujeitos perante o poder público. Contudo, as negativas por parte do Governo estimularam a organização social fortalecendo-os, tornando suas demandas socialmente visíveis, e proporcionando o estreitamento do diálogo com o atendimento de algumas questões e o não atendimento a outras. Dessa forma, conforme fala do representante da SARA, muitas reivindicações não foram atendidas ou o foram parcialmente:

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

O seguro (entrepesca) pleiteava uma série de reivindicações que eles (as) querem, como capacitações com os temas específicos relacionados à sua atividade, além disso queria uma bolsa que pleiteava que fosse um salário-mínimo mensal (Entrevistado 04).

A questão da bolsa ofertada aos pescadores é um ponto onde a reivindicação foi parcialmente atendida, porque não foi concedida uma bolsa mensal de um salário-mínimo, e sim, um salário-mínimo dividido em quatro quotas mensais.

Conforme informado anteriormente, em Itapissuma as secretarias que atuaram com maior destaque neste programa foram a SecMulher e a SARA, a primeira por seu trabalho para fortalecer o empoderamento de mulheres rurais, onde os cursos apresentam uma temática sociopolítica, e a segunda dedicando suas atividades para o conteúdo técnico relacionado às atividades dos pescadores(as).

Quando nasceu o programa, como o Chapéu de Palha, acontece que existia dois movimentos, duas secretarias que se aproximam mais, primeiro é a nossa de agricultura pela nossa convivência e a segunda que se aproxima, mas não tem vivência técnica que é a secretaria da mulher, ela recebe as ponderações dos pescadores, mas que é importante estarem as duas Secretarias andando juntas... (Entrevistado 04).

No entanto, os cursos da SARA não foram disponibilizados em 2016 por haver corte de orçamento de diversas Secretarias, apenas a SecMulher e a Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação (SEMPETQ), realizaram trabalho com pescadores e pescadoras por meio do PCPPA a partir deste ano divisor de águas no Brasil, no que se refere às políticas públicas de caráter afirmativo e de reparação das desigualdades sociais historicamente construídas.

O termo de referência traz também algumas diferenciações em relação ao universo da pesca artesanal, e às outras modalidades – cana e fruta – do PCP. Uma das principais características do PCPPA é o atendimento aos pescadores(as) dentro das temáticas do seu trabalho e modo de vida tradicional, diferente dos outros segmentos do mesmo programa, que são atendidos por temáticas de trabalho como de pedreiro(a), pintor(a) ou mecânico(a), que estão fora dos modos de convivência típicos das Comunidades Tradicionais.

Conforme pontuado anteriormente, a SARA, historicamente, é responsável pelo trabalho junto aos pescadores (as) artesanais em Pernambuco. No que se refere ao PCPPA, a Secretaria estabeleceu a exigência de contratação de instrutores com no mínimo a graduação em Engenharia de Pesca, categoria essa que tem uma aproximação com a temática e o universo do Programa.

Diferentemente, a SecMulher revela uma dificuldade em encontrar profissionais que trabalhem a questão de gênero e estejam inseridas na temática da pesca, no entanto essa secretaria promove eventos de capacitação das educadoras e recreadoras contratadas, juntamente com representantes de comunidades pesqueiras e do CPP, com a finalidade de nivelar o conhecimento a respeito das comunidades a serem atendidas, minimizando a distância entre elas, como revela a representante desta Secretaria: “tentamos construir toda essa parte dos cursos da formação com as pescadoras a partir dessa discussão com elas, com as lideranças da pesca, com o CPP, com os movimentos sociais” (Gerente de articulação e interiorização de gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco – Entrevistada 3).

O processo de formação dos educadores torna-se um investimento necessário do ponto de vista do nivelamento das informações básicas a respeito dos sujeitos atendidos, e do objetivo que se quer atender. A SecMulher desenvolve em seu planejamento essa capacitação, ao contrário da SARA que não apresenta um ponto semelhante a esse, mas que, no entanto, realiza a contratação de profissionais comprovadamente ligados ao setor pesqueiro. Essas duas Secretarias demonstram que diferentes estratégias podem ser utilizadas para o atendimento da demanda social.

A discrepância entre o recurso oferecido à SecMulher – R\$ 1.000.000,00 – em comparação à SARA, com o recurso solicitado de R\$ 214.367,80, está refletido na quantidade de horas/aula diferenciada, oferta de transporte para deslocamento das mulheres e seus filhos, quantitativo de sujeitos atendidos, qualidade do lanche, oferta de recreadoras para as crianças, qualidade do material entregue aos(as) beneficiários(as) e capacitação das educadoras. O recurso disponibilizado pode representar fator decisivo e limitante sob diversos aspectos, percebendo-se que a liberação diferenciada de valores impacta diretamente no atendimento aos sujeitos por uma Secretaria que, com mais recurso, apresenta serviços diferenciados em detrimento de outros, visto que, minimamente, a oferta de itens como transporte e recreadoras para crianças deveria ser

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

feita a todos(as) os(as) pescadores(as) que se deslocam entre grandes distâncias ou aos responsáveis por crianças dentro da faixa etária de atendimento.

CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DE ITAPISSUMA

A Colônia de Itapissuma está localizada às margens do Canal de Santa Cruz, um estuário importante no litoral norte de Pernambuco. Sobre o município de Itapissuma, Lucena e Medeiros (2020, p.48) informam que a vila criada pelos portugueses em 1588 evoluiu a distrito em 1892 e a município em 1982. Os autores se referem ao estuário “como um lugar de memórias e de vida”, a exemplo das palavras-chaves que resgataram em entrevistas na pesquisa: “matou a fome”, “temer/respeitar a natureza”; “lugar que assustou e salvou tanta gente”. A síntese da importância deste braço de maré é simbolizada na afirmação de Joana Mousinho, a primeira presidente da Colônia Z-10: para ela o estuário é uma mãe, porque acolhe a todos e todas. Ela afirma: “eu tenho muito orgulho da minha cidade e desse canal”. O que Joana expressa confere com a realidade do município que mobiliza 70% da sua população na pesca artesanal.

O pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Quinamo (2006) detalha a localização, dimensão e características do Canal de Santa Cruz que banha Itapissuma e a Ilha de Itamaracá, fazendo fronteira dos 2 municípios. O estuário está situado a 54 km de Recife, possui 5,3 mil hectares de área estuarina e manguezais e 22 km de extensão. O braço de maré está incluso em uma Área de Proteção Ambiental (APA), instituída pelo Decreto estadual nº 32.488, de 17 de outubro de 2008, o que demonstra sua importância para o estado.

Lucena e Medeiros (2020, p. 50) sintetizam os objetivos do Decreto acima citado, que consiste em: “promover o desenvolvimento sustentável, proteger a diversidade biológica e os recursos pesqueiros, preservar a cultura local e os hábitos das comunidades, melhorar a qualidade de vida da população da região, entre outros.”

Situar o lugar de trabalho dessas pescadoras é de fundamental importância, considerando que a atividade econômica das comunidades tradicionais, entre elas, as de pescadores e pescadoras artesanais, está vinculada à natureza, às suas atividades diárias, à economia local, às oportunidades de trabalho e à geração de renda. Neste caso, são atividades realizadas às margens deste estuário, no qual pescam, comercializam os

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

pescados e mariscos in natura e prontos ao consumo, secam os peixes e encontram-se para consertar as redes. Em Itapissuma de acordo com por Barbosa *et al.* (2007, p. 46):

Estima-se, que 70% da população do município está envolvida direta ou indiretamente com a produção, beneficiamento e o comércio do pescado. Itapissuma é o único município da região que apresenta todos os pontos de desembarque no canal de Santa Cruz e com frota pesqueira formada exclusivamente por canoas [...].

Quinamo (2006) ainda ressalta a importância da atividade pesqueira para a população e economia em Itapissuma. Observa-se que, mesmo com a dinâmica provocada pela aproximação urbana, e agora pela implantação do polo industrial de Goiana, a comunidade de pescadores(as) artesanais de Itapissuma e de seu entorno ainda apresenta traços característicos de comunidades tradicionais, trabalhando em atividades desenvolvidas por seus ancestrais, sendo o conhecimento das espécies, locais de pesca e sazonalidade, informações passadas através das gerações.

Das espécies de peixes com maior importância econômica para a atividade da salga, de acordo com Barbosa (2007) destacam-se sapuruna – *Pomadasys corvinaeformis*, dentão – *Lutjanus jocu*, carabeba – *Eugerres brasilianus*, carapicu – *Diapterus olisthostomus*, boca-torta – *Cetengraulis edentulus* e saúna ou tainha – *Mugil SP*, assim como outras espécies características desse ambiente, como mostra o Diagnóstico socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco (CPRH, 2003, p. 39).

Associada à vegetação de mangue ocorre uma fauna bastante diversificada, composta, em geral, por moluscos como marisco-pedra – *Anomalocardia brasiliana*, marisco-rei – *Protothaca pectorina*, marisco-redondo – *Lucina pectinata*, sururu – *Mytella falcata*, unha-de-velho – *Tagelus plebeius*, ostra – *Crassostrea rizophorae*; crustáceos como camarão – *Panacus subtilis*, siris – *Callicnetes spp*, guaiamum – *Cardisoma guanhumi*, aratu – *Goniopsis cruentata*, caranguejo-uçá – *Ucides cordatus*, e peixes como sardinha – *Opisthonema oglium*, curimã – *Mugil Liza*, camurim – *Centropomus undecimalis*, carapeba – *Eugerres brasilianus*, manjuba – *Anchoviella lepidentostol*, cuja captura cumpre importante papel na alimentação da população local e na economia dos municípios costeiros da área (CPRH, 2003, p. 41).

Quanto à vegetação, destacam-se tanto a presença de vegetação característica de mangue, segundo Schuler *et al.* (2000), como a *Rhizophora mangle* e o mangue branco –

Laguncularia racemosa, corroborando as informações cedidas pelo CPRH que complementa com o mangue siriúba – *Avicennia SP*, além de espécies menos frequentes tais como o mangue de botão – *Conocarpus erectus*, a samambaia do mangue – *Acrostichum aureum*, entre outras (CPRH, 2003, p.40).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa é qualitativa, a coleta de dados realizada em fontes primárias e secundárias, o que contempla documentos institucionais, entrevistas semiestruturadas, questionário relacionado à identificação de diversos aspectos sociais, econômicos e alguns aspectos do discurso dos pescadores e das pescadoras participantes do Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal, sobre esta política pública.

Os documentos institucionais analisados foram os Termos de Referência da Secretaria da Mulher (SecMulher) e da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), que respondem institucionalmente ao Governo do Estado de Pernambuco. No município de Itapissuma foi aplicado o questionário a pescadores(as) artesanais associados à colônia de pescadores Z-10, que participaram dos cursos de capacitação do PCPPA. O instrumento de pesquisa é organizado com questões abertas e fechadas, em três blocos temáticos que consistem em: 1) Dados pessoais; 2) Dimensão social; 3) Avaliação sobre o PCPPA.

Os roteiros de entrevista foram formulados em dois blocos, o primeiro referente aos dados pessoais e de cargo/função pública, e o segundo a respeito de informações sobre o PCPPA, sendo as entrevistas realizadas com: 1) Secretário Executivo do Conselho Pastoral da Pesca; 2) Presidente da Colônia de Pescadores e Pescadoras de Itapissuma Z-10; 3) Gerente de articulação e interiorização de gênero da Secretaria da Mulher de Pernambuco; 4) Coordenador do PCPPA na Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária; 5) 16 pescadores e pescadoras artesanais participantes do PCPPA com RGP e sem RGP (portadores de protocolo de solicitação de RGP¹⁹).

¹⁹ A emissão de Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) está suspensa desde 2012 impossibilitando o acesso dos profissionais ao seu Registro de Classe e consequentemente impossibilitando o acesso aos direitos trabalhistas e políticas públicas voltadas à categoria.

Quanto aos questionários aplicados aos pescadores e pescadoras, os nomes foram substituídos por uma ordem aleatória garantindo a confidencialidade dos participantes.

Tabela 1: Sujeitos que responderam ao questionário

PESCADORES (AS) PARTICIPANTES	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE
PESCADOR (A) 1	52	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais ²⁰
PESCADOR (A) 2	51	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 3	39	Feminino	Ensino médio completo
PESCADOR (A) 4	52	Masculino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 5	49	Masculino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 6	37	Feminino	Ensino médio completo
PESCADOR (A) 7	55	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 8	49	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 9	51	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 10	NI	Feminino	Ensino médio incompleto
PESCADOR (A) 11	48	Feminino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 12	49	Feminino	Analfabeta
PESCADOR (A) 13	40	Feminino	Ensino médio-técnico completo
PESCADOR (A) 14	54	Feminino	Analfabeta
PESCADOR (A) 15	49	Masculino	Ensino fundamental - anos iniciais
PESCADOR (A) 16	41	Masculino	Ensino fundamental - anos iniciais

Fonte: Elaborada pelo autor

O perfil dos pescadores e pescadoras inclui 4 homens e 12 mulheres, com idade entre 34 e 37 anos, e com grau de escolaridade de nível básico, sendo 11 no ensino fundamental, 4 no ensino médio e 1 analfabeta. As entrevistas e documentos das Secretarias possibilitaram organizar uma tabela com a informação das missões e cursos oferecidos pela SARA e SecMulher no PCPPA.

²⁰Corresponde ao ciclo do 1º ao 5º ano.

Tabela 2: Diretrizes para contratação dos serviços prestados ao PCPPA

	SECMULHER (2016)	SARA (2016)
MISSÃO	Promover os direitos das mulheres no Estado de Pernambuco.	Transferir conhecimentos que atuem na melhoria, tanto na produção pesqueira como na agregação de valor ao pescado capturado.
CURSOS	Formação sociopolítica; Gestão produtiva e econômica com ênfase em artesanato; Gestão produtiva e econômica com ênfase em beneficiamento de pescado.	Conservação e beneficiamento de pescado; Reparo de motores diesel náuticos; Reparo de avarias de embarcações de fibra de vidro; Acesso a Políticas públicas na pesca artesanal.
	SECMULHER (2016)	SARA (2016)
QUANTIDADE DE HORAS AULA	60	40
PÚBLICO ATENDIDO	1530 pescadoras e 765 crianças de 0 a 7 anos	960 pescadores e pescadoras
FORMA DE CONTRATAÇÃO	Chamamento público	Licitação através de pregão eletrônico
PRODUTOS RESULTANTES	Relatório de atividades preparatórias; Relatório parcial; Relatório final.	Plano de trabalho; Capacitações; Relatório final.
VALOR TOTAL SOLICITADO (R\$)	1.000.000,00	214.367,80

Fonte: Elaborada pelo autor

Constata-se que a SecMulher foi ampliando sua ação e dialogando a partir da epistemologia feminista com o público-alvo de pescadoras e pescadores inseridos no PCPPA. No resgate sobre as ações do PCPPA, tem-se as seguintes opiniões dos pescadores e pescadoras, coletadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em março de 2016, entre as quais se destacam reivindicações do tipo: 1) “ofertar o curso certo para o local certo” e, 2) “substituir as capacitações pelo aumento da bolsa”. Ambas mostram que há insatisfação com as capacitações e com o valor das bolsas.

Outra crítica ao PCPPA está relacionada ao cadastramento, quando informações sobre nível de escolaridade, localização da comunidade, tipos de pesca desenvolvidos, atividades diárias e sexo são de extrema importância para a seleção dos pescadores(as) para os cursos. Apesar do formulário oferecer 3 opções de escolha, os pescadores e

pescadoras informam que não há garantia de serem atendidas. A exemplo do depoimento: “escolhi artesanato, mas fui forçada a fazer de gestão” (Pescadora).

O representante da SARA, em contrapartida, explica que ajustes foram realizados ao longo do processo, onde cursos como de aquicultura ofertado para pescadores(as) de barragens foram retirados da oferta, por haver uma discussão em relação à descaracterização do modo de vida do pescador e estímulo à aquicultura, assim como informa a representante da SecMulher, na qual os cursos são basicamente teóricos de gestão de empreendedorismo, os quais foram substituídos por cursos práticos de artesanato e beneficiamento de pescado. Ambos os representantes informam que não foi realizada uma avaliação do Programa, no entanto as Secretarias realizam avaliação da sua atuação nas comunidades e a partir daí constroem alternativas para o ano seguinte.

Outra crítica sobre a validade das capacitações disponibilizadas aos pescadores e pescadoras se refere à necessidade de investimentos em alguns casos, a exemplo de um ambiente equipado para o desenvolvimento das atividades de produção, embalagem e conservação. O representante do movimento social exemplifica essa questão com a fala de uma pescadora:

Uma outra coisa é beneficiamento de pescado, que é ótimo para fazer para os meninos comerem em casa, porque eu não tenho nenhuma unidade de beneficiamento que funcione para eu botar um produto beneficiado, uma coisa é chegar na feira com um peixe pra vender outra coisa é chegar com um bolinho de peixe, se a vigilância sanitária bater na feira além de levar meu produto ainda me leva. (Pescadora - Entrevistado 1).

Também devido a questões burocráticas, o atraso nos recursos muitas vezes compromete o início das atividades, nestes casos a capacitação inicia quando os pescadores(as) estão retornando às atividades da pesca, ou seja, no final do período da entrepesca. Isso consiste em um fator de insatisfação e evasão, como explica o Representante da CPP:

Se você pega uma área de estuário ainda tem um paliativo para fazer a execução dos cursos. Goiana e Itapissuma os pescadores pescam 4hrs durante o dia e 4 horas durante a noite então tem um tempo maleável. Mas quando você pega São José da Coroa Grande e Recife onde a pesca é de mar aberto e eles saem 4 horas da manhã e chegam em casa 4 horas

da tarde, qual é a disposição que esse pescador vai ter de ir para a sala de aula? Nenhuma (Entrevistado 01).

Apesar das falas sobre os problemas na capacitação, diversos pescadores e pescadoras a entendem como uma ação positiva, principalmente na perspectiva de esclarecimento dos direitos básicos de saúde, previdência e violência de gênero, divisão sexual do trabalho, meio ambiente e boas práticas na produção tanto na conservação quanto no beneficiamento. Esses sujeitos apontam falhas no processo como a falta de transporte, horário e período inadequado para realização do curso e baixo valor da bolsa, no entanto reconhecem a contribuição do programa.

No ano de 2016, houve alteração no critério de cadastramento, o qual restringiu a inserção aos pescadores(as) portadores(as) do Registro Geral da Pesca (RGP), o que impactou diversos pescadores (as) que participavam do PCPPA além dos novos cadastrados na Colônia, considerando que desde 2012 está suspensa a emissão²¹ de RGP, sob o argumento de haver denúncias a respeito de fraudes no cadastro.

Uma decisão verticalizada do Governo ignora a existência de outros documentos comprobatórios da atividade e o protocolo de abertura da solicitação do RGP, fragilizando a condição de construção coletiva que esse Programa trouxe desde a sua concepção. Na fala de todos e todas os(as) pescadores e pescadoras é unânime a crítica ao uso político do Programa, contemplando municípios que não têm pesca em detrimento de outros que têm, mas que não foram contemplados. Apresentaram-se denúncias de políticos dos municípios realizando cadastramento de pessoas que não trabalham na atividade da pesca artesanal em troca de voto, assim como presidentes de colônias fazendo uso do poder de liberação de documentos comprobatórios para cadastrar amigos e familiares.

Outra grande alteração realizada pelo Governo do Estado, sem haver uma avaliação para auxiliar a tomada de decisão e sem o diálogo com as lideranças, são os cortes na maior parte das Secretarias, restando apenas duas atuando com capacitações em 2016.

Existem três grandes reivindicações do setor em relação à bolsa, a primeira é que se aumente o valor da bolsa para um salário mínimo mensal, visto que o valor atual não garante a subsistência dos pescadores, considerando que apenas um(a) pescador(a) por

²¹ Anteriormente pelo Ministério da Pesca e atualmente pelo Ministério de Agricultura.

família pode receber o benefício, sendo comum a existência de dois ou três pescadores no mesmo núcleo familiar; a segunda está ligada ao desmembramento do valor da bolsa do Programa Bolsa Família, sendo que hoje um é complementar ao outro, impactando diretamente na subsistência das mulheres chefes de família; e a terceira, que haja minimamente um reajuste anual de acordo com a inflação.

O Programa torna-se necessário embora esteja longe de ser ideal para o setor, no entanto, no nível de atendimento de 2016 foram beneficiados, aproximadamente, 7.000 pescadores(as). Considerando-se que cada núcleo familiar tem de 4 a 5 pessoas, chega-se a um impacto de 28.000 a 35.000 pessoas em Pernambuco.

Quanto às capacitações e à relação com as educadoras, de acordo com Freire (2014) é necessário respeitar e discutir com os educandos a razão de ser dos saberes locais e relacioná-los com os conteúdos a serem ministrados, para que assim se estimule a troca de saberes entre os educadores e educandos. Na fala deste(a) pescador(a) se explica a forma como os educadores buscavam o conhecimento prévio dos educandos: “Os educadores procuram saber da vida, pescaria, rotina e fortalece as relações entre os pescadores”. Algumas respostas elencadas nas entrevistas aos pescadores e pescadoras foram: “Aulas interativas, com ênfase em questões relacionadas à violência doméstica local” e; os “educadores deixavam as pessoas à vontade para falar, apoiavam, atendiam direito, explicavam com paciência”. Do que se deduz que houve a troca de saberes e a construção do saber-fazer coletivo.

No entanto, existem contradições em relação aos comentários sobre os educadores e as educadoras, considerando que foram realizadas denúncias dos(as) pescadores(as) sobre a falta constante de alguns profissionais, preconceito contra pescadores(as), com as mulheres e a presença de crianças²², a falta de diálogo na construção do saber, com a utilização de técnicas difusionistas, ou seja, profissionais que reproduzem o modelo instituído no período desenvolvimentista e que não atende ao modo de vida dos pescadores (as) artesanais. Essa característica está mais ligada ao tipo de secretaria que atua na comunidade, como explica o representante do CPP: “Você apenas recebe a informação que a secretaria vai dar o curso tal e tal na sua comunidade, mas ela não vai lá pra discutir com os pescadores, qual é o curso que ele quer, como foi a execução

²² Apenas a SecMulher garantia recreadoras para as crianças, não sendo um serviço estendido a todas as mulheres beneficiadas.

daquele curso... A secretaria vai lá e implanta o curso, mas sem nenhuma discussão, é isso!” (Entrevistado 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos permitiu resgatar o processo de planejamento e funcionamento da Política Pública, o Programa Chapéu de Palha Pesca Artesanal (PCPPA), no município de Itapissuma-Pernambuco, no período de 2012 a 2016. No bojo deste resgate da história das mulheres em diálogo com a epistemologia feminista, podemos afirmar que houve transversalidade de gênero, estratégia utilizada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco.

No processo de elaboração e realização do PCPPA, houve a inclusão de temas considerados essenciais ao debate sobre as mulheres na sociedade: relações de gênero, raça e etnia, classe social, enfrentamento da violência contra as mulheres, autonomia produtiva e econômica, direitos sociais, situações de conflitos políticos, entre outros. Ainda, houve a participação da coordenação das capacitações realizada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase – Coordenação), cadastramento, educadores(as) e recreação para as crianças em conjunto com as organizações feministas: Associação Comunitária do Sítio Alto do Morcego; Associação das Mulheres de Caricé; Associação das Mulheres Dinâmicas de Condado; Casa da Mulher do Nordeste; Centro de Desenvolvimento e Cidadania; Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero; Grupo Curumim, Instituto Diversidade, Gênero e Educação; e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste.

Importante visibilizar a ação de atividades recreativas com as crianças, possibilitando às mulheres com filhos pequenos participarem do PCPPA e problematizar com as crianças a naturalização de modelos excludentes e de comportamentos socialmente cristalizados na sociedade, especialmente sobre relações de gênero e raça. O Programa apresentou interseccionalidade também ao ser um trabalho conjunto com apoio de diversas Secretarias, inclusive em Itapissuma, especialmente a SARA e a SecMulher. O programa continua sendo realizado, mas com a diminuição de beneficiários(as). Nos anos de 2012 a 2016 foram 257.194 atendidos, já entre os anos de 2017 e 2020 o número caiu para 160.093 pessoas atendidas.

Desde 2016 a conjuntura do país não está favorável às ações afirmativas e inclusivas. Houve, inclusive, a partir de 2019, o fechamento dos Ministérios: Desenvolvimento Agrário; Igualdade Racial; Desenvolvimento Social; Pesca e Aquicultura; Secretaria da Mulher e até o do Trabalho. Nesse contexto, os movimentos sociais e da sociedade civil organizada contribuíram para a configuração de sinergias com o momento político de inclusão de ações afirmativas na gestão governamental, como se nota nos relatos sobre reivindicações e pressões para obterem uma resposta governamental.

Uma das reivindicações, até o momento não atendida, refere-se ao valor do benefício no valor de um salário-mínimo e, a outra se refere ao desconto do valor da cota dos recursos recebidos pelo Programa Bolsa Família. Importante também se avançar no processo de superar os gargalos relacionados ao cadastramento para as capacitações. Outra questão em pauta é a exigência do RGP, quando os órgãos competentes não estão atualizando os cadastros e inserindo novas demandas dos pescadores e pescadoras.

Constata-se na pesquisa que o processo dialogado foi se fragilizando com a troca de liderança na SEPLAG, chegando à total verticalização das alterações ocorridas especialmente a partir de 2016, quando houve cortes de recursos e diminuição ou exclusão de atuação de algumas Secretarias.

No entanto, as pescadoras identificam no PCPPA, especialmente nas capacitações da SecMulher, o seu empoderamento através da informação e esclarecimento quanto aos seus direitos, assim como o seu fortalecimento enquanto grupo no combate às violências doméstica e institucional. No geral, todos os envolvidos na construção deste trabalho concordam que o Programa é positivo, mas fazem a ressalva de que a discussão para o avanço do Programa nesse segmento deve ser constante, assim como a criação de novas políticas públicas para o atendimento das demandas de regularização do Território Pesqueiro e a manutenção do modo de vida dos pescadores(as) artesanais.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Lorena; CASTAÑEDA, Itzá. **Sobre marinos, marinas, mares y mareas:** perspectiva de género em zonas marino-costeras. 1ª ed. San José, Costa Rica: UICN, ABSOLUTO. 2001.

AMORIM, Fabio H. C.; LEITÃO, Maria R. F. A. O cotidiano de trabalho das marisqueiras da praia de mangue seco, Igarassu/PE. In: SILVA, Maria E. D. (Org.). **O meio ambiente e a interface dos sistemas social e natural**. 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020, v. 1. p. 123-144.

BANDEIRA, Lurdes M.; ALMEIDA, Tania M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista Do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Ceam**, 2(1), p.35-46, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: Convênio CEPAL-SPM., 2005.

BARBOSA, José M. *et al.* Beneficiamento e comercialização do pescado na região de Itapissuma, Pernambuco. **Rev. Bras. Enga. Pesca**. Rio de Janeiro, 2(1), jan. 2007, p. 44-66.

CPRH – COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico socioambiental Litoral Norte de Pernambuco**. Recife, 2003.

CORREIA, Luciana O.; GIOVANETTI, Maria A. G. C.; GOUVEIA, Maria C. S. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores sem Terra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 143-166, dez. 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HUGUENIN, Fernanda P.; MARTINEZ, Silvia A. **Mulheres da Pesca: Invisibilidade e Discriminação Indireta no Direito ao Seguro-Desemprego**. *RDP*, Brasília, Volume 18, n. 97, p. 645-667, jan./fev. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA**. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Aquicultura_Pesca/delib_racoes_1_conferencia_aquicultura_pesca.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEITÃO, Maria R. F. A. Mulheres pescadoras: interseccionalidades de gênero, raça e classe em Itapissuma/PE/Brasil. In: ALVES, Vitor J. R.; MAGALHÃES, Maria J.; MELO, Thiago S. de. (Orgs.). **Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinaridades: — a práxis da interseccionalidade na contemporaneidade**. 1. ed. Brasília: Otimismo, 2020, v. 01. p. 103-116.

LEITÃO, Maria R. F. A. Memórias, mulheres e poder na presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco. In: MONTEIRO, Solange A. de S. (Org.). **Cultura**

Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em Itapissuma/Pernambuco – Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão; Geize dos Santos – p. 112-138

[recurso eletrônico]: conceito sempre em desenvolvimento. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 87-98. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/18056>. acesso em: 18 nov. 2021.

LEITÃO, Maria R. F. A. Movimentos Sociais na Pesca Artesanal: A articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. *In: CALLOU, Angelo B. F. (Org.). Movimentos sociais na Pesca*. Recife: FASA, 2013. p. 163-170.

LIMA, Claudia M. de. **Transversalidade de Gênero, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal nas Comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

LUCENA, Josirene S.; MEDEIROS, Ricardo P. de. Pescadores e pescadoras em Itapissuma-PE: cultura da pesca, memórias e lutas. *Humana Res*, v. 1, n. 3, p. 45-62, jul./dez. 2020.

MANESCHY, Maria C.; SIQUEIRA, Deis. ÁLVARES, Maria L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Rev. Estud. Fem.* [online], vol. 20, n. 3, p. 713-737, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300007>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MONTEIRO, Bruno A. **Desenvolvimento territorial e reconhecimento: a prática do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2013.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. **Eduardo Campos cria programa “Chapéu de Palha” da pesca**. 10/11/2011. Disponível em <https://www.psb40.org.br/noticias/eduardo-campos-cria-programa-chapeu-de-palha-da-pesca/>. Acesso em 02 ago. 2021.

PERNAMBUCO/ALEPE. Lei nº 14.492, de 29 de novembro de 2011. Regulamentada pelo Decreto nº 38.541, de 17 de agosto de 2012. Recife: Diário Oficial, 29 nov. 2011. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14492&complemento=0&ano=2011&tipo;=&url;=>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 1, p. 228-250, jun. 2011.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PERNAMBUCO (SEPLAG). **Projetos Especiais: Chapéu de Palha**. Recife, 2021. Disponível em: <https://www.seplag.pe.gov.br/49-projetos-especiais/51-chapeu-de-palha>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SILVA, Adriano P. S. **Pesca artesanal brasileira: Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos.** Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

QUINAMO, Tarcísio S. **Pesca artesanal e meio ambiente em áreas de manguezais no complexo estuarino-costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.** Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal da Paraíba. 2006.

VEIGA, Maria C. M.; LEITÃO, Maria R. F. A. **Gênero e política pública: Programa Chapéu de Palha da Pesca Artesanal em São Jose da Coroa Grande – PE.** **Revista Feminismos**, v. 5, n.1, p. 53-66, jan./abr. 2017.

VOZ DO PLANALTO. *Chapéu de Palha Mulher da Zona Canavieira e Pesca Artesanal.* Carpina-PE, mar. 2016. Disponível em: <https://www.vozdoplanalto.com.br/chapeu-de-palha-mulher-da-zona-canavieira-e-pesca-artesanal/>. Acesso em: 11 ago./2021.

Recebido em: 07/07/2021 Aprovado em: 25/08/2021
--